

# Métodos e técnicas à margem da teoria?

Contributos de António Pedro Dores para o Simpósio “O ensino das teorias sociológicas em debate”, mesa “Teorias e métodos”

ISCTE-IUL, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, 28 de Maio de 2018

Documento de trabalho

Resumo:

Abstrair das questões teóricas para ensinar e aprender métodos e técnicas é simplesmente impossível. Tentá-lo, separando as fileiras de teorias e métodos, tem consequências pedagógicas. Não há modo de fazer chegar a todos os estudantes, incluindo os mais desatentos, a crítica da objectividade, a crítica dos cultos autorais, a exigência de envolvimento pessoal na organização metodológica do estudo e na produção das suas conclusões. Na prática, acaba por ceder-se na exigência e esperar que, na maioria dos casos, a maturidade dos próprios alunos e a aprendizagem de tarimba os façam chegar a práticas de bom senso.

São obstáculos ao ensino e à boa prática da sociologia a) a doutrina institucionalizada (individuo vs sociedade), b) a censura metodológica (a contenção do campo de acção dos sociólogos através de receituários pré fabricados, como as entrevistas e os questionários) e c) o poder simbólico (culto de personalidade) que fecham sobre si própria a sociologia centrípeta. Recomenda-se a organização institucional de uma sociologia centrífuga. Esta será facilmente identificável pela necessidade de colaboração mútua que exige aos docentes responsáveis por leccionar em diferentes cadeiras, para não abandonarmos os estudantes nas tarefas de aprender a coser mútua e criticamente teorias e métodos com as técnicas disponíveis.

# Métodos e técnicas à margem da teoria?

A noção de Merton das teorias de médio alcance, de “convergência” entre teoria e investigação (...) implica, sobretudo, que a teoria e a investigação são duas actividades distintas [*separate*], que podem ser separadas ou ligadas. (...) Enquanto mantivermos esta crença, a nossa teoria será lógica e filosófica, e a nossa investigação será, no melhor dos casos, sociográfica; a sociologia desaparecerá no vazio criado pelas duas. (...) até à data ainda não admitimos a nossa derrota.” Ralf Dahrendorf (1958) “Sair da utopia” tradução de Pierre Guibentif

“(...) seria bom a articulação entre a matéria e casos práticos em que a mesma possa ser aplicada, dado que isso facilitaria igualmente a compreensão dos conteúdos.” Comentário recolhido pelos estudantes do NESISCTE para melhorar o seu desempenho teórico

Os alunos de sociologia, como os de outras ciências sociais, ficam convencidos que a teoria está nos livros e os métodos são formas de produzir dados; técnicas, portanto. Eles já sabem isso quando chegam às aulas de métodos e técnicas. E nada os faz mudar de ideias. Até porque na avaliação das cadeiras, por razões lógicas, as insuficiências teóricas são irrelevantes pelos docentes.

Método é assunto de que são, na generalidade, incapazes de pensar. Falta-lhes a experiência de circular por meios sociais desconhecidos, uma teoria sobre o que são as redes de sociabilidade e como se estabelecem novas relações sociais, e também uma ideia clara sobre os objectivos de uma investigação. Inquérito, entrevista, observação são representados (na verdade, apresentados) como técnicas.

Os estudantes típicos de sociologia odeiam matemática, mas valorizam os dados quantitativos como “objectivos”, em contraste com a subjectividade dos resultados das outras técnicas. Isto é, entendem objectividade como o resultado de receitas: os dados. Mesmo quando têm dificuldade em interpretá-los, ou por isso mesmo, vêm nos dados aquilo que devem aprender a interpretar, em vez da realidade social. As receitas melhores estruturadas são mais facilmente

apresentadas pelos professores, independentemente da diferença de experiências entre nós e os alunos. Tornam-se, portanto, mais objectivas, na experiência e cabeça dos alunos.

A dificuldade, a falta de transparência, da interpretação dos dados produzidos é regularmente uma surpresa e o maior dos problemas. Resultam numa solução improvisada na pressa da entrega de trabalhos para avaliação ou na suspensão do pensamento, em caso de exames. A falta de auto-evidência dos dados causa sentimentos de culpa, mais do que curiosidade sobre o significado dos objectos de estudo.

Os docentes podem hesitar entre impor um tema único para o curso ou reclamar de cada estudante a escolha de um objecto à escolha. No primeiro caso, mantém o ritmo escolar sob o seu controlo, de modo a garantir um mínimo de elaboração teórica de suporte às acções técnicas exigidas aos estudantes. O problema é que, na prática, o método acaba por ser imposto pelo professor, que é quem conduz o raciocínio teórico, independentemente do ritmo de aprendizagem dos estudantes. Em alternativa, cada estudante pode escolher o seu próprio objecto de estudo e o seu ritmo, mas com muito pouco tempo para reflectir teoricamente, para mais sem grande treino nesse tipo de reflexão. Frequentemente imaginam a reflexão teórica a leitura crítica e comparada de autores famosos. Não imaginam que a teoria e o método são algo que têm de ser eles a aprender a produzir nas suas respectivas cabeças e actividades profissionalizantes: uma ou várias orientações profissionais incorporadas suficientemente eficazes para se relacionarem como entenderem melhor com os respectivos objectos de estudo (teoria) e meio social envolvente (método). Teorias e métodos sempre em evolução, para adaptação cada vez melhor ao profissional, ao objecto e ao meio social.

Nas aulas, dificilmente algum discurso do professor demove a maioria dos estudantes de tratar os dados resultantes de transcrições das entrevistas de maneira verdadeiramente redutora (literal, sem contexto, como se fossem as respostas directas e mais válidas – objectivas – às perguntas sociológicas), e os dados resultantes de estatísticas como verdadeiras transcendências (híper-realidades reveladoras da verdadeira natureza social).

Como há sessenta anos atrás, a complexidade fica para os filósofos, as receitas práticas servem para os profissionais fazerem descrições dos dados (em vez da realidade), a autoridade dos mestres para os raros que estejam em condições de dar sentido às leituras, apesar de todas as distorções teórico-metodológicas incorporadas nas formações iniciais.

Numa parede da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, uma pichagem escreve uma frase atribuída a Boaventura Sousa Santos: “Temos formado conformistas incompetentes

e precisamos de rebeldes competentes.” Talvez devamos reformular esta auto-crítica: temos formado conformistas competentes (em separar a sua vida e a sua profissão dos problemas cognitivos teórico-práticos) e rebeldes incompetentes (incapazes de dar sentido teorizado às respectivas vidas e profissões, rompendo, à uma, como é indispensável fazer, com os ensinamentos académicos e críticos, com a luta pluralista entre escolas de sociologia).

O diagnóstico é demasiado duro? Trata-se de um problema semelhante ao dos adictos: **enquanto não reconhecem o problema** (no caso do ensino da sociologia ele está formulado há dezenas de anos) **não há possibilidade de procurar uma cura, que depende deles** (nós, neste caso).

Em vez de pessoas, estamos a formar indivíduos, cabides susceptíveis de avaliação quantitativas. Precisamos, professores e alunos, de organizar a participação em aprendizagens para nos tornarmos melhores pessoas, numa sociedade melhor, capazes de fazer o que dizemos e dizer o que fazemos.

Não se pode ser complacente com práticas denunciadas e persistentes há tantos anos e cujas críticas, ainda por cima, estão incluídas nos programas de teorias e métodos. Há que reconhecer a capacidade de coerção das doutrinas de desqualificação do trabalho sociológico inscrita na própria programação dos cursos de formação inicial através de fileiras independentes de teorias e métodos. Há que reconhecer a tendência recente de manter e aprofundar essa doutrina, sem discussão. Há que igualmente dar-se conta das consequências práticas de tal doutrina na produção de irrelevância pública da sociologia, frequentemente acusada de ser um desperdício para as universidades e para os estudantes.

Num tempo de profundas transformações sociais subterrâneas, sem surpresa fora do radar da sociologia alheada, há que produzir críticas pragmáticas capazes de reafirmar a pertinência dos estudos sociais. Uma forma de o fazer será, absolutamente, corresponder à evidente necessidade de ensinar/aprender a combinar de forma indiscernível teorias e métodos e alargar o âmbito das técnicas de produção de evidências até onde chegarem as possibilidades práticas. Trata-se de substituir a estratégia centrípeta actual, que implica uma híper-divisão de trabalho e uma desatenção ao mundo exterior, por uma estratégia centrífuga, que opte por um trabalho de intensa cooperação e respeito entre todos os que trabalham no campo social com vista a relacionarem-se em profundidade, cada um a seu modo, com respeito pelo exterior do mundo profissional. O que se fará, em primeira instância, através da mobilização dos docentes e discentes para a concretização de programas de formação inicial reformulados.

Neste trabalho identificam-se como obstáculos ao ensino e à boa prática da sociologia a) a doutrina institucionalizada (individuo vs sociedade), b) a censura metodológica (a contenção do campo de acção dos sociólogos através de receituários) e c) o poder simbólico (culto de personalidade) que fecham sobre si própria a sociologia centrípeta.

## Doutrina institucionalizada

Na piscina, um engenheiro sempre me perguntava enquanto vestíamos o fato de banho: “como explica o sociólogo”, eu, a notícia do dia ou um facto bizarro qualquer? Riamos-nos os dois. Quem leva a sério as ciências sociais? Nem os próprios profissionais. Uns saem dos cursos preocupados, justamente, com o que oferecer com aquilo que aprenderam. Fora do meio sociológico, fora dos meios iniciados, quem entende a “profundidade” das nossas convicções sobre o que é o social? Outros aprendem a usar o cinismo: Fernando Henriques Cardoso, por exemplo, quando se tornou político declarou não responder mais pelo seu valorizado trabalho teórico como sociólogo. Algo similar pode estar a acontecer na nossa escola, quando alguns de nós se queixam de os sociólogos que passaram a trabalhar em políticas públicas não se referirem às teorias sociais.

Mouzelis (1995:33-37) denunciou dois problemas principais nas teorias sociais: os vícios complementares de reducionismo e reificação. Reduzir as situações a parâmetros mensuráveis e completar o quadro assim estilizado com imaginação, ao sabor da ideologia de cada um.

Problemas reiterados não só pelos sociólogos vulgares mas também pelos mestres (op.cit.:7). Na prática, este defeito conceptual é uma consequência da imposição doutrinária da imaginada separação entre os indivíduos e as sociedades (op.cit.:24-26).

É evidente que entre as pessoas e as sociedades existe uma intimidade física e mental que não pode ser desconsiderada. Mas é-o pela teoria social, pelo menos desde que a teoria de sistemas de Parsons reduziu a teoria da acção aos processos de adaptação das pessoas aos papeis sociais. A história da sociologia é, em larga medida, a história das reacções dos sociólogos a este reducionismo. A verdade é que, no balanço da curta história da disciplina, a par, de resto, de todas as restantes disciplinas das ciências sociais, nenhuma solução foi encontrada. Ou melhor, a defesa do essencial do estrutural-funcionalismo manteve-se firme, mesmo depois de décadas de clandestinidade.

A profissionalização das ciências sociais e a institucionalização de cursos superiores acessíveis aos interessados é uma das razões apontadas, a par do contexto político (Marcuse, 1991:IX-

XVIII), para a criação e persistência dos problemas teóricos clássicos, incluindo a incapacidade de evolução da teoria social (Coser, 1956:7; 27; Darhendorf, 1958:112).

A doutrina corporativa tem separado os teóricos-acadêmicos dos práticos-profissionais. Não bastam actos de voluntarismo para contrariar esta tendência. Do mesmo modo que não bastou a crítica ao estrutural-funcionalismo para ultrapassar a máquina de tautologias que é o par reducionismo/reificação. É indispensável, evidentemente, traduzir em práticas as críticas. Em particular, é indispensável deixar de ensinar aos estudantes de ciências sociais que há duas fileiras de conhecimentos autónomos que lhes cabe a eles misturar a gosto: as teorias e as técnicas de investigação. As teorias que discutem e hesitam sobre o que possa ser considerado sociedade e as técnicas que só conhecem indivíduos de forma superficial e fugaz.

A doutrina reducionista/reificadora que separa indivíduos e sociedades pode e deve ser combatida nas aulas por todos os professores; pela escola. De forma empenhada e, como se faz teoricamente numa universidade de pesquisa, de modo constante, crítico e prático. Até agora, a paralisia dos programas estruturantes das fileiras de teorias e métodos mostra a diferença entre o que é preciso fazer e o que se tem feito.

Os estudantes (e os professores também) obrigados a frequentar fileiras de teorias e métodos separadas em programas escolares incorporam necessariamente o método reducionista/reificador de forma acrítica. A recente criação, no quadro da Escola de Sociologia e Políticas Públicas, de um departamento de Métodos de Pesquisa Social, para completar e dividir o departamento de sociologia, é a demonstração da influencia da doutrina centrípeta, de hiperespecialização, na vida académica do ISCTE-IUL.

A doutrina institucionalizada e, portanto, incorporada distingue ontologicamente as pessoas das sociedades, as técnicas dos métodos e das teorias, o empírico do teórico, através de uma lógica reducionista (das pessoas em indivíduos)/reificadora (das sociedades em estados-economias) (Kuhn, 2016).

## A censura metodológica

O seguidismo provinciano de tratar os sociólogos nacionais como semi-periféricos, no quadro das políticas imperiais, de língua inglesa que dominam a ciência, resultará necessariamente na organização da sua desqualificação. Desqualificação que da “lei da morte” alguns imaginam poder escapar através da internacionalização, sustentando-se na tradição dos cultos de personalidades académicas. O terror ao debate académico contraditório acompanha, compreensivelmente, essa estratégia competitiva inter pares, nas aulas e fora delas. Resulta e

impõe isolamento dos docentes investigadores uns dos outros, como está identificado como problema recorrente por todas as avaliações, sem que haja nenhuma reacção para colmatar esse problema. Problema que se estende na distribuição dos serviços de orientação de trabalhos académicos. Resulta também que a minoria de homens sociólogos são esmagadora maioria dos autores.

Dizia Bourdieu que a sociologia tinha algo semelhante a um combate de boxe. Porém, a imagem pública da sociologia e do trabalho social, em geral, não é de frontalidade na solução de problemas concretos.

Quando Wieviorka se interessou pelo terrorismo, contou ele, o seu director perguntou-lhe a razão de tal interesse. Fê-lo de um modo que pensou ter acabado ali a sua carreira académica. Não foi o caso, mas terá sido o caso de outros, calados dessa maneira.

Ao recusar aceitar a definição jurídica e formal do que sejam as prisões, e ao procurar não ignorar as evidências produzidas sociologicamente, fui confrontado com o incómodo do ministério da justiça e com a transmissão desse incómodo, sob a forma de problema institucional, à Associação Portuguesa de Sociologia e à universidade. De ambas as instituições recebi a intimação, que recusei, de deixar de me identificar publicamente como um profissional.

Desde sempre ouvi falar da influência da ideologia na teoria sociológica. Jamais ouvi falar do impacto da mesma influência a nível metodológico. Porém ele foi claro, para mim: um colega muito mais experiente, largamente citado e conhecido, a trabalhar em Londres, onde abundam académicos altamente qualificados a trabalhar em prisões, explicou-me ser impensável para quem queira especializar-se no campo incomodar o sistema prisional. Se o fizer, acrescentou, deixará de ter acesso a dados e, portanto, deixará de ter material para sustentar as suas publicações: perderá acesso às evidências.

Embora trabalhe no campo das prisões desde a mudança do século, tendo partido de um activismo de direitos humanos em torno das prisões, só em 2013 surgiu a possibilidade de financiamento (europeu) para investigação. Antes disso, utilizei as redes de sociabilidade que desenvolvi como activista para organizar uma investigação-acção. Como não estava em condições de ter acesso a informações oficiais, as evidências com que trabalhei foram, por um lado, produzidas por um olhar exterior às prisões, para cá dos muros. Por outro lado, centrei-me naturalmente no modo como os direitos humanos, o direito natural, se aplicam (ou não) a todos e cada um dos seres humanos. Se são respeitados pelos estados que subscreveram os convénios internacionais sobre a matéria, nomeadamente os dedicados à prevenção da tortura.

Só do ponto de vista analítico, de facto, havia (e há) uma diferença entre o activismo e a actividade profissional, como investigador. Sem financiamento para a minha actividade profissional, como muitos outros colegas, recorri aos apoios em géneros disponibilizados pela universidade. No meu caso, para manter a correspondência com presos e seus familiares, em nome da associação de direitos humanos através da qual recolhia evidências sobre a vida social nas prisões.

Quando a universidade recebeu, como um problema institucional, a queixa do ministério da justiça de haver presos a receber cartas de correio com o seu timbre, o curto financiamento acabou e revelou, assim, os limites da própria definição de método.

O método depende radicalmente da ideologia da teoria usada para a investigação. Caso o conteúdo da correspondência não fosse um jornal de prisão independente, para denunciar a opressão dos presos, haveria incómodo do ministério da justiça? Haveria problema institucional na abertura e transparências das prisões aos estudiosos?

A censura metodológica, neste caso da investigação-acção de denúncia da organização da violação dos direitos humanos no seio do estado, traduziu-se também, na minha experiência, em censura de colegas no crédito concedido aos testemunhos recolhidos no trabalho de campo. Numa ocasião em que decidi apresentar transcrições de entrevistas feitas a presos, o protesto metodológico de uma colega foi formulado do seguinte modo (cito de cor): “Há condições para assegurar a veracidade das histórias contadas?” De um momento para o outro, deixei de estar a apresentar resultados de investigação social e encontrei-me arguido, perante um tribunal. Estaria eu a mentir ou, pelo menos, a transmitir mentiras alheias, sem cuidado?

As limitações impostas pelo estado, pelas universidades, pelas associações profissionais ao método a usar são bastante mais alargadas do que as considerações deontológicas admitem e discutem. Há um acordo tácito que limita não apenas a liberdade de investigação mas também a liberdade de organizar a teoria. Acordo que se revela quando se ultrapassa algum limite ou, muito antes disso, quando se fazem recomendações de fidelidade ideológica tacitamente incluídas na noção de escola (académica, crítica, social-democrata, marxista, etc.) e recomendadas no âmbito das orientações.

## O poder simbólico

Por razões civilizacionais, os números têm um poder simbólico extraordinário. Os números representam as essências platónicas da realidade oficial. Sem dados, há muito quem diga, referindo-se a estatísticas, a análise social é um exercício de opinião. Em torno do dados,

portanto, com razão, há condições para organizar diálogos e até combates sobre o que podem significar tais números.

Porém, os dados oficiais são um reflexo da realidade reduzida metodicamente segundo processos mais ou menos precisos. O que levou Durkheim, por exemplo, a afirmar que tais métodos são comparativos, i.e., em si mesmos têm valor limitado. Têm mais valor em séries produzidas de forma similar. Mas, ainda assim, como se podem comparar países entre si sem ter em conta as diferentes histórias? Como se pode comparar o mesmo países em períodos históricos distintos, sem ter em conta o ambiente social que se viveu?

Mais do que reflectir a realidade de forma fiável, a estatística mede a realidade de uma certa maneira que a torna comparável entre diferentes amostras. Reduz a realidade (que é o termo técnico, em estatística) traduzindo-a a valores de medida das variáveis escolhidas. Para complexificar a análise, através das análises multivariadas, reduz-se ainda mais a probabilidade de relação que possa existir entre os dados e a realidade.

A análise estatística, portanto, depende fortemente dos indivíduos inquiridos, da estabilidade das técnicas de produção de dados usadas e, por essa razão, da estabilidade das teorias que organizam as medidas em execução.

A análise estatística, em síntese, para além de todos os problemas práticos da produção de dados, é resultado de processos sociais complexos, geralmente, como o nome indica, dominados directa ou indirectamente por um estado e baseados em teorias que lhe convenham.

As análises estatísticas ignoram, e não poderiam deixar de ignorar, grande parte da realidade. E fazem-no de forma consistente, pois a estabilidade das teorias é fundamental para a valorização das estatísticas. Por isso, como disse Disraeli, destacado político vitoriano, “há as mentiras, as grandes mentiras e as estatísticas”. Bem interpretado, o que isto quer dizer é que há um tal fascínio social e intelectual pelas estatísticas que estas se tornaram óptimas para passar mensagens subliminares de base ideológica, por quem as saiba usar para tal fim. (Usando a reificação para compensar a redução). O que coloca o problema de saber que pressupostos tácitos também passam na análise estatística, mesmo nos casos em que os autores não sabem ou não querem usar ideologicamente os dados.

Quando uma colega questionou o valor probatório das entrevistas recolhidas entre presos que enunciavam frases que preferia não ter ouvido, e reclamou por provas da sua veracidade, sabendo que não se tratava de um julgamento, o que se argumentou implicitamente foi que tais histórias não deveriam ser consideradas para a construção e destruição de teorias sociais.

Quando a realidade incomoda os dados ou os dados incomodam a teoria, é conhecido dos livros, há uma tendência para dar privilégio às teorias sobre os dados (a interpretação imaginativa dos dados) e aos dados sobre a realidade (as estatísticas que nos permitem evitar olhar directamente para as realidades sociais mais incómodas, concentrando a discussão nos aspectos técnicos da produção dos dados).

As estatísticas, como acontece com o processo de produção dos “raros violentos” (Collins, 2008:370-412), distraem-nos da nossa humanidade, bem assim como da dos outros. Com as entrevistas a “subjectividade é maior” do que quando se usam estatísticas porque os cuidados para não ofender o estado (*status-quo*; senso comum; ideologia dominante) são redobrados. As pessoas face a face são muito mais reais e susceptíveis de empatia por parte do investigador. As respostas que nos deixam inquiridos que nunca vimos não são susceptíveis de empatia. O “distanciamento” (mal) recomendado por muitos cursos de métodos entre o investigador e o seu objecto de estudo tem reflexos no modo de avaliar as técnicas de investigação.

Autoridades e a maioria dos sociólogos especializados preferem, por exemplo, ignorar os gritos lancinantes que saem dos cárceres sob a sua guarda, reduzindo-os a estratégias de manipulação, de vitimização, de chamada de atenção, por parte de quem se queixa, ou a propostas de optimização de respostas de gestão penitenciária, para minimizar os escândalos.

Não se pense que são apenas ou sobretudo os gritos dos prisioneiros que são assim reduzidos e reificados: as crianças são, quiçá, os seres humanos mais omitidos e mais reificados pelas teorias sociais. Um dos raros estudos feitos em Portugal sobre maus-tratos a crianças (Almeida, André, & Almeida, 1999) foi recebido com cepticismo patriarcalista por quem o encomendou, apesar da apresentação ter sido cuidadosamente tratada para evitar reacções emocionais.

A pergunta sobre a veracidade dos testemunhos transcritos de entrevistas ou das estatísticas não é sobre a idoneidade dos entrevistados, mas sobre os usos ideológicos que podem ou não ser feitos dos dados. O problema implícito é o de saber até que ponto a ideologia da investigação se permite desalinhar dos interesses do estado.

O privilégio ideológico e simbólico da estatística, *deus-ex-machina* das evidências, esconde e revela a influência do estado nas ciências sociais. O estado não é apenas financiador; é também censor tácito e, também, directo. Directamente ou através da influência que exerce junto das profissões e das universidades. Nomeadamente, ao nível dos programas escolares de formação inicial.

A separação programada e programática das teorias e dos métodos autoriza a desautorização da experiência dos professores e dos estudantes de ciências sociais, censurando-as sob a acusação de serem opiniões ou demasiado próximas das emoções para serem racionalizáveis, fiáveis. Na prática, a doutrina metodológica ensina o dever escolher objectos de estudo de que se ignora tudo, excepto os dados produzidos pelas técnicas aplicadas nos breves momentos da investigação. Assim reduzidos os objectos de estudo, através dos métodos e na consciência dos investigadores, a qualidade da análise depende, por um lado, da destreza de aplicação das técnicas e, por outro lado, da consistência da capacidade reificadora do relatório com a revisão da bibliografia. Depende, numa frase, da capacidade de reprodução das doutrinas sociais dominantes, críticas ou não.

A insegurança dos estudantes de ciências sociais é consequência directa da desapropriação da experiência realizada pelas escolas. A noção generalizada de haver mais objectividade nos métodos quantitativos, mais industrializados, do que nos métodos qualitativos, mais artesanais, decorre dessa insegurança que é estendida aos próprios entrevistados: será que estão a dizer a verdade quando testemunham situações não previstas na teoria? Como pode o investigador saber responder a isso, se escolheu estudar situações de que desconhece tudo?

## Sociologia centrífuga

A sociologia viveu, em Portugal, depois do levantamento da proibição do seu ensino pelo regime fascista, um boom em contraciclo com o que ocorria nos países de referência. Nas últimas décadas, no ISCTE-IUL, foi aplicada uma política de isolamento defensivo da sociologia, através da redução do número de membros do departamento, da divisão das escolas de ciências sociais, da redução do número de estudantes. Ao mesmo tempo que se presumiu não ser possível evitar aqui a decadência da sociologia nos países ocidentais, profetizou-se a decadência que, evidentemente, acabou por se realizar.

Nunca se poderá saber se fomos vítimas da lógica de copiar as boas práticas internacionais sem acreditar ou tentar estimular as forças próprias, divididas em ideologias, privilégios e escolas fechadas sobre si mesmas. A história não volta para trás. Sabemos, isso sim, que somos vítimas de um sistema de avaliação burocrático que ninguém sabe para que serve e ninguém entende ter energia para tornar útil para o ensino da sociologia. Tornámo-nos, professores e estudantes envolvidos nisso, em funcionários ciosos a alimentar o monstro que nos consome e tolhe.

Embora a situação pareça desesperada, dadas as décadas de tendências convergentes observáveis para a hiperespecialização das ciências sociais, para a concentração da atenção dos

sociólogos em pontos de vista dos superiores diferenciados, para a resignação perante os limites impostos à acção profissional, para as políticas de financiamento das actividades de investigação politicamente tuteladas, o trabalho de recuperação científica do conhecimento social é possível ser realizado. Há exemplos de casos isolados – e por isso difíceis de elencar – de trabalho cujas características são a) abertura ao diálogo inter e intra-disciplinar; b) foco nos limites do conhecimento; c) adopção de critérios estritamente científicos (como nas ciências) para promover o desenvolvimento das teorias e dos métodos, em diálogo mútuo.

Fui surpreendido pelo convite para contribuir para o estudo das emoções na face, um projecto de psicologia científico baseado numa técnica de análise das faces que desconhecia e continuo sem saber usar. A razão foi, presumo, o reconhecimento do meu trabalho para quebrar a doutrina institucionalizada, a censura metodológica, num campo de conhecimentos estruturado em torno da herança teórica e técnica de Ekman (2016). Essa colaboração tornou evidente as consequências práticas obscurantistas das ciências sociais na sua formulação actual: o principal instrumento de socialização, a face, simplesmente é ignorado pela sociologia, na verdade pelas ciências sociais no seu conjunto (Dores, 2017). Um dos maiores obstáculos à colaboração da sociologia no estudo da face, para além dos problemas institucionais de colaboração com a psicologia, é metodológico: como pode a sociologia medir as faces a estudar? Através de estatísticas? Através de entrevistas? Ou através de outros métodos a desenvolver?

Randal Collins (Collins, 2005:106, 2008) refere o interesse de usar a análise hormonal e a imagiologia para informar os métodos sociológicos. O acesso a sistema nacional de imagiologia e a possibilidade de contar com a colaboração de técnicos ou colegas investigadores que saibam (ou queiram aprender a) usar de forma sociológica tais tecnologias será uma tarefa importante para alargar o âmbito de acção da sociologia e, sobretudo, trocar o estado de espírito centrípeto, próprio do trabalho artesanal realizado por candidatos a *nerds* com a ambição de se tornarem conhecidos, ao menos segundo os critérios de avaliação que lhes permitam sobreviver profissionalmente, por um estado de espírito centrífugo. A realização dessa mudança não depende de se encontrarem novos gurus teórico-metodológicos. Trata-se de reconfigurar o papel das instituições de ensino e investigação da sociologia para reconhecerem e cumprirem o papel de abertura de oportunidades por onde a teoria social possa escapar do cerco em que tem vivido desde o tempo das guerras mundiais. Nomeadamente, e por exemplo, estabelecendo pontes com as tecnologias e as ciências que possam contribuir para essa reformulação, em abertura dialogada, das teorias e métodos sociais ensimesmados.

As práticas centrifugas serão aquelas que mobilizarão os colegas para colaborarem, a partir das suas preocupações científicas próprias, com instituições com competências apropriadas aos objectivos a atingir. Há que abrir oportunidades para se explorarem métodos teoricamente informados, a exemplo do que fez Bourdieu (1979) com Benzécri, no uso da análise factorial de correspondências para estudar a cultura das classes sociais. Como os físicos atômicos se encontram em torno dos aceleradores de partículas.

Em vez de nos desresponsabilizarmos pelos erros crassos que cometemos em conjunto, imaginando-nos, cada um, esforçados sociólogos contra corrente, poderemos passar a ser capazes de mobilizar as críticas que todas as sub-especialidades da sociologia têm a fazer à teoria dominante e assumir essa teoria como nossa, da nossa responsabilidade. Incluindo os métodos que elas preveem e reclamam.

Para responder aos estudantes citados em epigrafe, que gostariam de ver a teoria “misturada” com casos práticos de aplicação (que é para isso que a teoria serve), há que começar por reconhecer e expor a fragilidade dos nossos instrumentos, teóricos e metodológicos. Expor a fragilidade de cada professor perante a vastidão da disciplina, das suas hiperespecializadas subdisciplinas mais ou menos aplicadas, e fazer disso as nossas forças. Através de estratégias de mútua colaboração pedagógica, entre as cadeiras e docentes com os estudantes, numa dinâmica de ruptura esforçada e consciente com poderes simbólicos e censuras metodológicas acima mencionadas. Para que o que a primeira coisa a fazer é reconhecer a existência das actuais limitações da organização dos estudos da sociologia.

#### Referências:

- Almeida, A. N., André, I. M., & Almeida, H. N. de. (1999). Sombras e marcas, os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, (150), 91–121.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction*. Paris: Minuit.
- Collins, R. (2005). *Interaction Rituals Chains*. Princeton: Princeton University Press.
- Collins, R. (2008). *Violence: A Micro-sociological Theory*. Princeton: Princeton University Press.
- Coser, L. A. (1956). *The Functions of Social Conflict*. NY: Free Press.
- Dahrendorf, R. (1958). Out of Utopia - Toward a reorientation of Sociological Analysis. *American Journal of Sociology*, (LXIV).
- Dores, A. P. (2017). *Oferecer a face – tabus e caminhos das ciências sociais*. Beau Bassin: Novas Edições Académicas.

- Ekman, P. (2016). *Nonverbal Messages: Cracking the Code: My Life's Pursuit*. S. Francisco: Peg.
- Kuhn, M. (2016). *How the Social Sciences Think about the World's Social - Outline of a Critique*. Stuttgart: Ibidem.
- Marcuse, H. (1991). *One-Dimension Man* ([1964]). London: Routledge & Kegan.
- Mouzelis, N. (1995). *Sociological Theory: What Went Wrong? – diagnosis and remedies*. London: Routledge.